



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA**

Preço: €2,5

Publicação Trimestral

N.º 60

Abril / Maio 2010

# Voz da Terra

## Mais de 2500 Delegados no VI Congresso da CNA em Espinho

Uma grande iniciativa da CNA, Filiadas,  
da Agricultura e dos Agricultores!

**6.º CONGRESSO**  
DA **CNA** e da Agricultura Portuguesa  
21.março.2010 . ESPINHO



**QUEREMOS PRODUZIR!**

Mudar de políticas agro-rurais  
Promover a agricultura familiar

**Destaque**

**Seminário Internacional debate PAC para o pós 2013**

**Caderno Técnico**

**A Pobreza e a Exclusão Social da Mulher Rural**

**SUMÁRIO**

**FICHA TÉCNICA** ..... 2

**EDITORIAL**

VI Congresso da CNA e da Agricultura Portuguesa ..... 3

**DESTAQUE**

VI Congresso da CNA reuniu mais de 2500 delegados em Espinho ..... 4-6

CNA realiza Seminário Internacional sobre a PAC pós 2013 ..... 7

**CADERNO TÉCNICO**

A Pobreza e a Exclusão Social da Mulher Rural ..... 9-24

**NOTÍCIAS**

Agricultores e Rendeiros da Herdade da Comporta participaram em Marcha de Protesto ..... 26

Portugal não precisa de produções transgénicas... ..... 26

Site da CNA disponibiliza novo espaço para anúncios ..... 26

Jornada Regionalizada de Informação e Comunicação decorre até ao final de Maio ..... 27

Ministério da Agricultura Discrimina Região Demarcada do Douro ..... 27

APOR e AADS reuniram com o Ministro da Agricultura ..... 27

Sociedade Civil lança “Declaração Alimentar Europeia” ..... 28

CNA reúne com organização da Guiné-Bissau ..... 28

CNA reúne com Ministra do Ambiente ..... 28

**OPINIÃO**

Vinho e Marcas “Chapéu” ..... 29

Continua a reinar a teoria-fraude da “competitividade” e dos “competitivos” ..... 30

Homenagem a Roberto Mileu ..... 31



A **CNA** está filiada na  
**Coordenadora Europeia  
Via Campesina**



**CNA**

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

**Edição**

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

**Morada**

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA

Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370

E-mail: cna@cna.pt

URL: www.cna.pt

**Delegação em Lisboa**

Rua Jardim do Tabaco, 90-1º-Dtº

1100-288 LISBOA

Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336

E-mail: cna.lisboa@cna.pt

**Delegação em Vila Real**

Rua Marechal Teixeira Rebelo,

Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158

5000-525 VILA REAL

Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153

E-mail: cnavreal@sapo.pt

**Delegação em Évora**

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA

Tel.: 266 707 342 – Fax: 266 707 317

**Delegação em Bruxelas**

Place Bara, 18, Entresol – 1070 BRUXELAS

Tel.: 0032 2 5273789 – Fax: 0032 2 5273790

**Título**

Voz da Terra

**Director**

João Dinis

**Coordenador Executivo**

Adélia Vilas Boas

**Fotos**

Arquivo da CNA / Mónica Couto Silva

Maria Mota

**Colaboradores neste número**

João Vieira

José Miguel Pacheco

**Redactor da Separata “Caderno Técnico”**

Mónica Couto Silva

**Periodicidade**

Trimestral

**Tiragem**

10 000 exemplares

**Depósito Legal**

N.º 117923/97

**Registo de Publicação ICS**

123631

**Composição, Fitolitos e Impressão**

AT-Loja Gráfica, Lda. – Porto

Os textos assinados

são da responsabilidade dos autores



## VI CONGRESSO DA CNA e da Agricultura Portuguesa

21 de Março – 2010 – Espinho

**“QUEREMOS PRODUZIR!  
Mudar de Políticas Agro-Rurais  
Promover a Agricultura Familiar”**

**Uma grande iniciativa da CNA, Filiadas, da Agricultura e dos Agricultores!  
Um marco no âmbito do Movimento Associativo do nosso País!  
Uma boa lavra de esperança para a Lavoura e a Produção Nacional!**

Mais de 2 500 Delegados provenientes de todo o País, dezenas de Convidados nacionais e estrangeiros, juntaram-se, com a CNA, em Espinho, a 21 de Março de 2010 – início da Primavera – no VI CONGRESSO DA CNA e da Agricultura Portuguesa.

O Lema do VI CONGRESSO: – “QUEREMOS PRODUZIR; *Mudar de Políticas Agro-Rurais; Promover a Agricultura Familiar*” sintetiza muitas das nossas convicções e dos nossos objectivos gerais perante a dura realidade e as preocupantes perspectivas para a Agricultura Familiar Portuguesa e Mundo Rural. Mas também aponta alternativas às políticas actuais e aos seus promotores mais directos.

A amplitude; o nível de participação das Agricultoras e dos Agricultores; o decorrer dos trabalhos, as matérias debatidas e aprovadas e os documentos do VI CONGRESSO são património e um traço muito distintivos do nosso trabalho, *sempre com os Agricultores*.

No convívio, no almoço de farnel, nos trajas e falares, em tudo se manifestava a ruralidade natural deste nosso Portugal profundo, que tem direito a uma vida mais digna, mais feliz e tranquila. Porque trabalha muito e melhor produz!

Este VI CONGRESSO foi antecedido (Sábado, 20 de Março) também em Espinho, por um Seminário Internacional bastante participado, sob o tema geral: – “Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na óptica da Soberania Alimentar”.

Falta agora o mais difícil: – fazer com que se adoptem e apliquem, pelos governos e pela União Europeia, as propostas e reclamações saídas destas nossas duas iniciativas.

Por isso, temos que continuar a lavra e a sementeira que o VI CONGRESSO abriu. Pelo diálogo institucional e pela luta sempre que necessário for.

***Sempre com os Agricultores!***

O Executivo da Direcção Nacional da CNA



Pouco mais de três anos passados sobre a realização do V Congresso, em Famalicão, foi a vez de Espinho acolher, a 21 de Março de 2010, o VI CONGRESSO DA CNA e da Agricultura Portuguesa.

Com o Lema “*QUEREMOS PRODUZIR! Mudar de Políticas Agro-Rurais! Promover a Agricultura Familiar!*”, o VI Congresso foi mais uma grande iniciativa da CNA, das suas Filiadas e das Agricultoras e Agricultores Portugueses. Este Lema condensa as nossas principais opções estratégicas. Marca a diferença em relação a outras organizações e sintetiza uma oposição alternativa às políticas agrícolas e de mercados que têm sido aplicadas no nosso País nos últimos anos.

Mais de 2500 Delegadas e Delegados, oriundos dos mais diversos pontos do País, dirigiram-se a Espinho para participar nesta grande iniciativa da

Agricultura Familiar Portuguesa, numa altura em que esta atravessa grandes dificuldades.

Os autocarros foram chegando à Nave Desportiva de Espinho pela manhã, depois de percorrerem longos quilómetros, trazendo os Agricultores de várias regiões, muitos acordados já desde a madrugada, para tratar das suas lides no campo antes de se fazerem à estrada.

Tem sido sempre assim em todas as iniciativas da CNA. Os nossos Agricultores e Agricultoras fazem um grande sacrifício, mas não deixam de participar. Mantém-se grande a sua vontade de contribuir para a luta em defesa da Agricultura Familiar em torno da CNA e Filiadas.

Assim se fez mais um grande Congresso, de onde saiu uma análise muito crítica às más políticas agrícolas e de mercados que nos últimos anos têm



contribuído para um agravamento das dificuldades dos pequenos e médios Agricultores.

Um VI Congresso onde os Agricultores e a CNA apuraram reclamações e propostas realmente alternativas, capazes de promover a Agricultura Familiar e o Mundo Rural, nomeadamente através da melhoria dos rendimentos das Explorações Agrícolas Familiares e da melhoria das condições de vida das Populações Rurais. Assim (finalmente) nos oçam e nos respeitem os nossos principais governantes.

## Propostas medidas contra a crise da Agricultura

Durante os trabalhos, que se prolongaram até às 18h00, foram aprovadas, por unanimidade, quatro moções – “Queremos Produzir”, “ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013”, “Segurança Social dos Agricultores” e “10 Medidas contra a crise da Agricultura e do Mundo Rural” – e, também por unanimidade, foi aprovada a “Resolução” do Congresso, um documento estratégico mais detalhado com as principais apreciações e propostas da CNA e da Lavoura para o futuro, a curto e a médio prazos.

Estes documentos sintetizam as principais propostas e reclamações da CNA e dos Agricultores que, a serem atendidas e incorporadas nas políticas do Governo, poderão contribuir para uma melhoria significativa da situação da Agricultura Familiar no País.

É esta a mensagem que o VI Congresso da CNA deixa ao Governo e ao senhor Ministro da Agricultura, António Serrano, que esteve também em Espinho, onde reconheceu a importância da Agricultura Familiar. Agora, é necessário passar das palavras aos actos e, entre outras posições, adoptar as medidas propostas pela CNA.

Para além do Senhor Ministro da Agricultura, estiveram no VI Congresso da CNA muitos



Convidados, Representantes Institucionais, representantes de outras Organizações e de diversas Regiões.

Destaque também para a presença de representantes de Organizações Agrícolas de vários países europeus, africanos e americanos, que nos trouxeram o seu precioso contributo, através do testemunho das suas experiências e lutas por uma Agricultura mais viva e por um Mundo mais justo.



## CNA e Filiadas admitem novas acções de protesto e reclamação

O VI Congresso reafirmou a força e a determinação da nossa luta. Caso a situação não melhore para a Agricultura Familiar e se os governantes não tiverem em conta as nossas propostas e reclamações, a CNA e Filiadas, *sempre com os Agricultores*, vão voltar à rua em acções de protesto e reclamação, sem excluir a possibilidade de uma grande iniciativa nacional à semelhança daquelas que já se realizaram em Lisboa e no Porto!



## Forte participação nas secções de debate sobre Agricultura, Pecuária e Floresta e Baldios



Depois da pausa para o almoço de farnel, com bons produtos regionais e do convívio animado pelo toque de concertinas e por arruadas de bombos, os trabalhos iniciaram-se da parte de tarde com três secções de discussão em torno dos temas “Agricultura”, “Pecuária” e “Floresta e Baldios”.

Foi notório o interesse demonstrado pelas Delegadas e pelos Delegados, que se dirigiram em massa para as secções do seu interesse para aí expressarem as suas opiniões, sempre críticas aliás, face à difícil situação que se vive nos campos. Este foi o espaço de excelência para ouvir as queixas dos Agricultores e para tomar nota das suas reclamações.

Na secção dedicada ao tema “Agricultura” reclamaram-se várias medidas com vista à dignificação da actividade agrícola e à defesa do Mundo Rural, entre as quais se destaca a valorização dos mercados municipais de modo a garantir a produção de proximidade; preços dignos à produção; ajudas distribuídas de forma justa e pagas a tempo e horas; o combate ao envelhecimento da população agrícola e garantias de escoamento para a produção.

Os Agricultores manifestaram-se também contra a liberalização dos mercados, por uma Agricultura fora da OMC – Organização Mundial do Comércio.

Os Delegados presentes na secção “Pecuária” questionaram a falta de acção do Governo e do Ministério da Agricultura no sentido de acabar com a “ditadura” de preços imposta pelas grandes superfícies comerciais e que está a contribuir, em conjunto com as más políticas agrícolas para o sector, para condenar as explorações pecuárias à ruína. Nas suas intervenções, os Agricultores exigiram, entre outras medidas, preços justos à produção e políticas mais rigorosas em defesa da produção nacional, que passam por compensações financeiras directas ao produtor de modo a garantir um preço indicativo do leite de 40 cêntimos por litro; o aumento do benefício fiscal (desconto) para o gasóleo e a electricidade verde e a resolução da legalização das explorações pecuárias, com apoios técnicos e financeiros.

Na secção “Floresta e Baldios” destacaram-se as queixas de marginalização e desvalorização da floresta e dos terrenos baldios pelos anteriores Quadros Comunitários de Apoio e pelos instrumentos financeiros previstos no ProDeR. Os delegados reclamaram ainda a aplicação escrupulosa da Lei dos Baldios em todo o território nacional e apelaram a uma maior ligação dos compartos ao seu território.



*A Direcção Nacional da CNA saúda calorosamente as suas Filiadas, as Delegadas e Delegados e todos os Dirigentes que estiveram na base do êxito desta nossa grande iniciativa na defesa e promoção da Agricultura Familiar e do Mundo Rural. Realça também a forma como os Trabalhadores da CNA se envolveram na organização.*

*A CNA agradece também à Câmara Municipal de Espinho todo o apoio prestado para a realização deste VI CONGRESSO.*

## CNA realiza Seminário Internacional sobre a PAC pós 2013

A CNA realizou no passado dia 20 de Março, em Espinho, um Seminário Internacional sobre o tema “Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na óptica da Soberania Alimentar” que contou com a presença de cerca de 65 pessoas.

Esta iniciativa, financiada pela Rede Rural Nacional e com a colaboração da Câmara Municipal de Espinho, foi motivada pela necessidade sentida pela CNA de promover um forte debate público sobre o tema, que seja alargado e realizado em tempo útil.

O Seminário iniciou-se pela manhã com um encontro de Organizações Europeias, representativas da Agricultura Familiar, nomeadamente da Galiza, País Basco, e uma organização de âmbito nacional de Espanha, mas também de Organizações da França, Bélgica, Suíça e Áustria.

Neste encontro debateram-se os posicionamentos e estratégias a adoptar no âmbito deste debate na defesa da agricultura familiar.

Já na parte da tarde, o Seminário foi alargado a todo um conjunto de organizações e instituições convidadas, bem como a outras organizações internacionais que não da União Europeia, nomeadamente do Chipre, Angola, Guiné-Bissau e EUA.

José Miguel Pacheco, da CNA, iniciou os trabalhos da parte da tarde, dando conta do calendário inicialmente previsto pela Comissão Europeia para o processo de reforma e das alterações entretanto surgidas e salientando a importância de uma avaliação das consequências das políticas agrícolas que seja explícita sobre a quem têm servido.

O moderador referiu ainda que a CNA considera que os povos Europeus devem ser livres de decidir sobre a sua política agrícola e alimentar e que o debate da PAC pós 2013 deve ser realizado sem condicionamentos prévios impostos pela OMC, Banco Mundial e FMI, para além da CNA entender que a nova PAC deverá assentar nos princípios da Soberania Alimentar.

Esta intervenção deu o mote para o primeiro painel com três oradores, sendo eles, João Vieira da CNA que falou sobre “Onde nos trouxeram estas políticas Agro-Rurais”, José Catarino Xerinda da UNAC (Moçambique) que interveio sobre “Soberania Alimentar um direito dos povos” e por fim, António Menezes do MST (Brasil) que abordou o tema “As políticas do Banco Mundial, FMI e OMC e a urgência de uma nova Governação Mundial”.

Após um momento de debate e um curto intervalo, foi a vez do Director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Prof. Francisco Cordovil, intervir sobre “Algumas posições que emergem em torno do debate da PAC pós 2013”, dando posteriormente conta de algumas informações prestadas pelo Comissário Europeu, Dacian Ciolos, ao Sr. Ministro da Agricultura e sobre os princípios que devem orientar o posicionamento do Governo Português neste tema.

A terminar, e antes de um novo período de debate, foi a vez da Coordenadora Europeia – Via Campesina, pela voz de Savigny Geneviève, dar conta do seu posicionamento.

O Seminário terminou já perto das 19h00, seguindo-se um jantar aberto a todos os participantes.





Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas

**ProDeR**

Programa de Desenvolvimento Rural

## APOIO À AGRICULTURA

**Mais de 1,3 Mil Milhões de Euros  
de Apoio PRODER já aprovado**

**PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE:  
803 milhões de euros**  
de apoio PRODER aprovado

**GESTÃO DO ESPAÇO RURAL:  
436 milhões de euros**  
de apoio PRODER aprovado

**DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS:  
102 milhões de euros**  
de apoio PRODER aprovado

**PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO:  
9 milhões de euros**  
de apoio PRODER aprovado



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural

A Europa investe nas zonas rurais

Consulte-nos em  
[www.proder.pt](http://www.proder.pt)

# A POBREZA e a EXCLUSÃO SOCIAL da MULHER RURAL

Por Mónica Couto Silva



*“Cada dia a natureza produz o suficiente para a nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.”*

Mahatma Gandhi

Ao longo da década de 90, as Nações Unidas tomaram consciência que o Mundo estava em mudança e que esta Aldeia Global tinha que ser vista como um todo, como uma parceria. Assim colocaram na mesa de discussão temas transversais a todas as Nações e sobre os quais as respostas e soluções aos problemas urgem. Temas como o desenvolvimento sustentável, a população, os direitos humanos, a igualdade de género e o carácter multidimensional e transversal da pobreza, do ambiente ou da saúde passaram a integrar os grandes debates mundiais, revelando-se urgente uma nova abordagem, na forma de se compreender o sistema internacional.

A Declaração do Milénio das Nações Unidas<sup>1</sup> foi aprovada na Cimeira do Milénio, em Nova Iorque, a 8 de Setembro de 2000. Esta pretende definir linhas de acção na concretização dos objectivos do milénio, elencados abaixo:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar a educação primária universal
3. Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

Com estes pressupostos, a União Europeia adoptou medidas e políticas de combate à po-

breza. Para a concretização deste tão ambicioso objectivo é necessário sensibilizar a comunidade política, institucional, científica e civil para este problema.

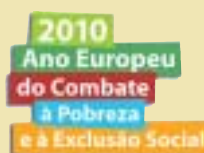
## III O DESENVOLVIMENTO E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

11. Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos actualmente mais de 1000 milhões de seres humanos.

Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e em libertar toda a humanidade da carência.

12. Em consequência, decidimos criar condições propícias, a nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.

*Declaração do Milénio das Nações Unidas*



## 2010 O Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social

Desde a década de 80, que o Parlamento e o Conselho Europeu dedicam todo o ano civil a um determinado tema, que por diversas razões, é foco da especial atenção dos Estados-Membros.

O ano 2010 foi dedicado pela União Europeia ao combate à pobreza e à exclusão social. Esta medida do Conselho e do Parlamento Europeu foi decidida a 22 de Outubro de 2008 e publicada no

<sup>1</sup> <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>

Jornal Oficial da União Europeia, em 7.11.2008<sup>2</sup>, com a nomenclatura Decisão n.º 1098/2008/CE.

*“Quase 80 milhões de europeus vivem no limiar da pobreza, o que significa que vivem num clima de insegurança e sem aquilo que a maioria das pessoas tem como garantido. Viver na pobreza implica ainda ter um estilo de vida limitado que pode levar à exclusão social. A União Europeia, inspirada pelo princípio fundador da solidariedade, uniu forças com os Estados-Membros para fazer de 2010 o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Os principais objectivos desta iniciativa são o alertar de consciências para estes*

A pobreza e a exclusão social, embora conceitos distintos, têm, à luz das sociedades modernas, que ser tratadas como dimensões que se reforçam mutuamente.<sup>4</sup>

A exclusão do mercado de trabalho e a perda de rendimento geram situações de pobreza e impedem o acesso (exclusão) a bens e serviços relevantes: alimentos, saúde, habitação, lazer. Por isso será um excluído todo aquele que não consegue configurar uma identidade social com o resto da população.

É importante definir as categorias sociais mais vulneráveis a situações de pobreza e, por conseguinte, à exclusão social.

*“Artigo 2.º*

*Objectivos e princípios orientadores*

1. Os objectivos e princípios orientadores do Ano Europeu são os seguintes:

a) Reconhecimento dos direitos – Reconhecer o direito fundamental das pessoas em situação de pobreza e exclusão social a viver com dignidade e a participar activamente na sociedade. O Ano Europeu aumentará a sensibilização do público para a realidade das pessoas que vivem em situação de pobreza, em particular dos grupos de pessoas em situações vulneráveis, e ajudará a promover o seu acesso efectivo aos direitos socioeconómicos e culturais, bem como a recursos suficientes e serviços de qualidade. O Ano Europeu ajudará igualmente a combater os estereótipos e a estigmatização.

b) Responsabilidade partilhada e participação — Reforçar a apropriação pelo público das políticas e acções de inclusão social, sublinhando a responsabilidade colectiva e individual na luta contra a pobreza e a exclusão social, bem como a importância de promover e apoiar actividades voluntárias. O Ano Europeu promoverá o envolvimento dos agentes públicos e privados, nomeadamente através de parcerias activas.

Fomentará a sensibilização e o empenho e criará oportunidades de contribuição de todos os cidadãos, em particular das pessoas com experiência directa ou indirecta da pobreza;

c) Coesão — Promover uma sociedade mais coesa através da sensibilização do público quanto aos benefícios para todos de uma sociedade onde a pobreza foi erradicada, a repartição justa é apoiada e ninguém é marginalizado. O Ano Europeu fomentará uma sociedade que sustenta e desenvolve a qualidade de vida, incluindo a qualidade das competências e do emprego, o bem-estar social, incluindo o bem-estar das crianças, e a igualdade de oportunidades para todos. Assegurará, além disso, o desenvolvimento sustentável e a solidariedade entre e no seio das gerações e a coerência política com as acções da União Europeia a nível mundial;

d) Empenho e acções concretas – Reiterar o forte empenho político da União Europeia e dos Estados-Membros em acções com um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social e promover esse empenho e essas acções em todos os níveis de governação. Com base nas realizações e no potencial do MAC na área da protecção social e da inclusão social, o Ano Europeu reforçará o empenho político, atraindo a atenção política e mobilizando todas as partes interessadas, na prevenção e no combate à pobreza e à exclusão social e dará novo ímpeto às acções dos Estados Membros e da União Europeia neste domínio.

*Decisão n.º 1098/2008/CE do Parlamento e do Conselho Europeu*

*problemas e renovar o compromisso político da UE e dos seus Estados-Membros no combate à pobreza e à exclusão social.”<sup>3</sup>*

Com a grave crise económica que o Mundo Ocidental atravessa, os problemas relacionados com a pobreza e com a exclusão social agudizaram.

Numa definição mais clássica, tradicional, estaríamos mais vulneráveis a situações de pobreza (ano 1998):

- os idosos, pela pouca disponibilidade económica associada a baixas pensões e pela solidão;

<sup>2</sup> <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:298:0020:0029:pt:PDF>  
<sup>3</sup> [In http://www.2010againstpoverity.eu/about/?langid=pt](http://www.2010againstpoverity.eu/about/?langid=pt)

<sup>4</sup> Rodrigues, Eduardo e tal. *A Pobreza e exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal.*

- os agricultores, pela baixa rentabilidade da actividade agrícola tradicional;
- os trabalhadores dependentes com baixas qualificações e baixas remunerações<sup>5</sup>.

Hoje em dia os contextos sociais e económicos alteraram-se. Questões como o emprego e a falta dele, o divórcio e o endividamento das famílias contribuíram para o surgimento de “novos pobres”.

Na sessão de abertura do IV Congresso da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima, a 30 de Janeiro de 2009, o Presidente da República no seu discurso<sup>6</sup> define “novos pobres” como “homens e mulheres que sofrem em silêncio, ainda mal refeitos do choque que representa perderem um emprego ou o esboroar de um estilo de vida que se julgava conquistado.”

No contexto actual, a pobreza assume uma presença transversal nos vários espaços sociais. Daí que seja fundamental cada País assumir a questão do combate à pobreza e à exclusão social como um objectivo de todos e para todos.

## O Programa Nacional para o Ano Europeu 2010 (AECPEs 2010)

*“No Inverno, logo que na amável cidade começavam a morrer de frio, debaixo das pontes, criancinhas sem-abrigo – ela preparava com comovido cuidado os seus vestidos de patinagem.”*

In Cidade e as Serras, Eça de Queirós, versão digital

Para combater a pobreza e exclusão social, tem sido criada legislação específica, de forma a ultrapassar os problemas existentes no domínio do emprego e formação, na educação, acesso à habitação, protecção social e cuidados de saúde.

A concepção de um Programa Nacional para o Ano Europeu 2010 em Portugal tem como base de reflexão os instrumentos de planeamento estratégico de intervenção na área da pobreza e exclusão social, que foram consolidadas na Estratégia Nacional para o Serviço Social Protecção e Inclusão Social 2008-2010. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2009, de 2 de Julho, foi designado como responsável pela organização da participação e da coordenação nacional o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS).

Esta estratégia também foi reforçada pelos órgãos políticos através da Assembleia da República, que reconheceu a importância e necessidade de acompanhamento permanente da pobreza em Portugal, a definição de um limiar da pobreza, com base nas condições padrão de vida da nossa sociedade.

O limiar de pobreza é definido por 60 por cento do rendimento monetário equivalente mediano. O rendimento monetário equivalente provém da divisão do rendimento monetário do agregado familiar pelo número de adultos equivalentes segundo a escala modificada da OCDE (peso 1 para o primeiro adulto; 0.5 para os restantes adultos e 0.3 para as crianças com menos de 14 anos).

Este limiar de pobreza é uma referência obrigatória à definição de políticas e avaliação da erradicação da pobreza. No ano de 2009 este limiar encontrava-se fixado nos 384,50 euros.

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, na sequência da Resolução da Assembleia da República n.º 10/2008, de 19 de Março, sobre o «Acompanhamento da situação de pobreza em Portugal», declarar solenemente que a pobreza conduz à violação dos direitos humanos e recomendar ao Governo o seguinte:

- 1 – A definição de um limiar de pobreza em função do nível de rendimento nacional e das condições de vida padrão na nossa sociedade.
- 2 – A avaliação regular das políticas públicas de erradicação da pobreza.
- 3 – Que o limiar de pobreza estabelecido sirva de referência obrigatória à definição e à avaliação das políticas públicas de erradicação da pobreza.

*Resolução da Assembleia da República n.º 31/2008 de 23 de Julho de 2008*

O Programa Nacional pretende atingir quatro objectivos principais definidos para o AECPEs 2010 a nível europeu (reconhecimento de direitos, responsabilidade partilhada e participação, coesão e acção concreta). O Programa Nacional de Portugal está estruturado em quatro eixos/prioridades:

<sup>5</sup> Rodrigues, Eduardo e tal. A Pobreza e exclusão social; teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=23800>

<sup>7</sup> Resolução da Assembleia da República n.º 31/2008 de 23 de Julho de 2008  
<sup>8</sup> [http://cartasocial.pt/seminarios/audicaopublica\\_17out/relato.pdf](http://cartasocial.pt/seminarios/audicaopublica_17out/relato.pdf)

1) *Contribuir para a redução da pobreza (e prevenir riscos de exclusão), através de acções concretas com verdadeiro impacto na vida das pessoas.*

Público-alvo: as pessoas que se encontram numa situação de pobreza, ou numa situação de vulnerabilidade que possa conduzir àquele estado.

2) *Contribuir para a compreensão e visibilidade do fenómeno da pobreza e seu carácter multidimensional.*

Público-alvo: a população em geral, para a qual queremos dar visibilidade ao problema; a comunidade académica e científica e os decisores políticos, uma vez que podem dar um contributo decisivo ao nível da diminuição da pobreza.

3) *Responsabilizar e mobilizar o conjunto da sociedade no esforço da erradicação das situações de pobreza e exclusão.*

Público-alvo: sectores representativos da organização da nossa sociedade (ex.: representantes na concertação social, autarquias).

4) *Assumir a pobreza como um problema de todos os países "eliminando fronteiras".*

Público-alvo: decisores políticos ao nível da União Europeia, e ainda, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), por serem aqueles com quem temos relações de maior proximidade.

O Ano Europeu é uma oportunidade única para o reconhecimento dos direitos sociais, através de um verdadeiro movimento de cidadania, com a participação de todas as pessoas através da sensibilização de todos.

A sociedade do conhecimento, de inovação e desenvolvimento, em que estamos inseridos tem que concertar esforços e voltar a ser a sociedade solidária que nos define no espaço mundial.

## Alguns indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal (segundo metodologia do Eurostat)

*"O homem é o único animal que cora de vergonha – e tem motivo para isso"*

Mark Twain

Os níveis de pobreza e desigualdades na distribuição do rendimento constituem problemas estruturais graves. Portugal apresenta níveis de pobreza (18% para o conjunto da população em

2008) preocupantes e regista um dos graus mais elevados de desigualdade na distribuição do rendimento na UE (coeficiente de Gini: 36 e rácio S80/S20: 6,1), ou seja, 20% da população mais rica nacional recebe 6 vezes mais que os 20% da população com rendimentos mais baixos.

O desemprego duplicou, chegando aos 10,1% em 2009 (dados do 4.º trimestre) e afectando mais as mulheres (10,7%) dos que os homens (9,5%).

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias<sup>9</sup> é realizado em Portugal desde 2004, no quadro de legislação comunitária específica (Regulamento n.º 1177/2003), que estabelece um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EUSILC) realizado em 2008 (valores provisórios) junto das famílias indica que 18% dos indivíduos residentes em Portugal se encontravam em risco de pobreza, mantendo-se o valor estimado para os anos anteriores. Se considerarmos a taxa de risco de pobreza antes dos apoios sociais, sem qualquer tipo de protecção social, este valor encontra-se nos 40% da população residente.

Entre os grupos de risco – mais propícios a caírem em situação de pobreza – estão os idosos e as famílias numerosas.

De referir a importância das transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inserção social para a diminuição do risco de pobreza.

Pela análise das tabelas, conclui-se que o risco de pobreza afecta sobretudo os idosos, com uma taxa de risco de 22%. Destes, verificava-se uma maior predominância para as mulheres (24% de mulheres idosas em risco de pobreza, face a 19% de homens idosos). Também os menores registavam uma taxa de pobreza superior à média nacional (18%), estimando-se que 23% das pessoas com idade inferior a 18 anos se encontravam em risco de pobreza.

A análise do risco de pobreza, após transferências sociais, por composição do agregado familiar indica que existem quatro tipos de agregados mais sensíveis ao risco de pobreza: famílias monoparentais (39%), idosos que vivem sós (34%), mulheres que vivem sós (33%) e as famílias compostas por dois adultos e três ou mais crianças dependentes (32%), valores bastante superiores à média nacional de 18%.

Os agregados constituídos por três ou mais adultos sem criança dependentes e por dois adultos com uma criança registavam as taxas de risco de pobreza mais baixas, respectivamente 7% e 16%.

<sup>9</sup> Baseado na metodologia EU-SILC – European Union Statistics on Income and Living Conditions

**INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE ECONÓMICA | PORTUGAL, 2005-2008**

<b>EU-SILC</b>	<b>un.</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008(P<sub>0</sub>)</b>
<b>Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)</b>					
Antes de qualquer transferência social	%	41	40	40	41
Após transferências relativas a pensões	%	26	25	24	25
Após transferências sociais	%	19	18	18	18
<b>Dispersão do limiar do risco de pobreza</b>					
Após transferências sociais (70% da mediana)	%	27	26	26	27
Após transferências sociais (50% da mediana)	%	13	11	12	12
Após transferências sociais (40% da mediana)	%	7	6	6	6
<b>Coefficiente de Gini</b>	%	38	38	37	36
<b>Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)</b>		6,9	6,8	6,5	6,1
<b>Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)</b>		12,2	11,9	10,8	10,0
P <sub>0</sub> - Valor provisório				<i>Unidade %</i>	
EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento					
Fonte: INE					

**TAXA DE RISCO DE POBREZA (60% DA MEDIANA), SEGUNDO O SEXO E GRUPO ETÁRIO PORTUGAL 2005-2008**

<b>EU-SILC</b>	<b>2005</b>				<b>2006</b>				<b>2007</b>				<b>2005 (P<sub>0</sub>)</b>			
	<b>Total</b>	<b>0-17 anos</b>	<b>18-64 anos</b>	<b>+65 anos</b>	<b>Total</b>	<b>0-17 anos</b>	<b>18-64 anos</b>	<b>+65 anos</b>	<b>Total</b>	<b>0-17 anos</b>	<b>18-64 anos</b>	<b>+65 anos</b>	<b>Total</b>	<b>0-17 anos</b>	<b>18-64 anos</b>	<b>+65 anos</b>
<b>Após transferências sociais<sup>(1)</sup></b>																
Total	19	24	16	28	18	21	16	26	18	21	15	26	18	23	16	22
Homens	19	x	15	28	18	x	15	26	17	x	14	24	18	x	15	19
Mulheres	20	x	16	28	19	x	17	26	19	x	16	27	19	x	17	24
<b>Após transferências relativas a pensões<sup>(2)</sup></b>																
Total	26	31	22	32	25	28	23	31	24	27	22	29	25	30	23	25
Homens	25	x	22	32	24	x	22	30	24	x	21	27	24	x	22	22
Mulheres	26	x	23	32	26	x	23	32	25	x	23	31	25	x	24	27
<b>Antes de qualquer transferência social<sup>(3)</sup></b>																
Total	41	34	32	82	40	31	31	84	40	30	31	85	41	33	32	85
Homens	39	x	30	83	38	x	30	84	38	x	30	83	40	x	31	83
Mulheres	43	x	33	82	42	x	33	83	42	x	32	85	43	x	33	86

P<sub>0</sub> Valor provisório

x dado não disponível (de acordo com a metodologia aprovada para o EU-SILC, a diferenciação por sexo dos indivíduos com menos de 18 anos não se apresenta relevante na caracterização da taxa de risco de pobreza).

<sup>(1)</sup> Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais

<sup>(2)</sup> Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência

<sup>(3)</sup> Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados

EU-SILC: Inquérito às condições de Vida e Rendimento

**Unidade: %**

Fonte: INE

O emprego ou a sua ausência é um dos factores que mais contribui para o aparecimento de situações que colocam famílias e pessoas em risco de pobreza. A taxa de risco de pobreza entre pessoas que se encontram empregadas é de 12%, enquanto na população sem emprego é o dobro,

25%. Entre a população desempregada, verificam-se taxas ainda mais elevadas junto dos desempregados (35%) e dos outros inactivos (29%).

Para melhor perceber todos os factores que contribuem para situações de pobreza outros parâmetros têm que ser analisados, tais como, taxa de aban-

**TAXA DE RISCO DE POBREZA (60% DA MEDIANA) APÓS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS, POR COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR**

EU-SILC	2005	2006	2007	2008 (P <sub>0</sub> )
<b>Total, sem crianças dependentes<sup>(1)</sup></b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>16</b>
1 adulto sem crianças	37	35	33	31
1 adulto sexo masculino, sem crianças	34	28	26	26
1 adulto sexo feminino, sem crianças	39	38	36	33
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	28	26	27	25
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	42	40	37	34
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	15	18	18	17
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	28	26	26	22
Outros agregados, sem crianças	8	10	9	7
<b>Total, com crianças dependentes<sup>(1)</sup></b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>20</b>
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	30	41	34	39
2 adultos com 1 criança	14	12	12	16
2 adultos com 2 crianças	23	19	17	21
2 adultos com 3 + crianças	42	38	43	32
Outros agregados, com crianças	16	16	16	18

P<sub>0</sub> Valor provisório

<sup>(1)</sup> No contexto deste inquérito e destes indicadores, para 2004 a 2006 são consideradas “crianças dependentes” os indivíduos com menos de 16 anos, bem como os indivíduos entre 16 e 24 anos economicamente dependentes. A partir do EU-SILC 2007 são consideradas “crianças dependentes” todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Unidade: %

Fonte: INE

**TAXA DE RISCO DE POBREZA APÓS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS, SEGUNDO A CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO E SEXO | PORTUGAL 2005-2008**

EU-SILC	2005			2006			2007			2008 (P <sub>0</sub> )		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
<b>Em emprego</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>11</b>
por conta de outrem	8	9	7	6	7	6	x	x	x	x	x	x
por conta própria	28	27	29	29	29	30	x	x	x	x	x	x
<b>Sem emprego</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	<b>22</b>	<b>26</b>
Desempregado	28	33	24	31	35	28	32	37	28	35	35	35
Reformado	25	25	25	23	23	23	23	23	23	20	18	22
Outros inactivos	28	23	30	29	25	31	30	26	32	28	24	29

P<sub>0</sub> Valor provisório

x dado não disponível

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Unidade: %

**Nota:** Nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

Fonte: INE

dono escolar, taxa de desemprego, desigualdade em matéria de distribuição do rendimento, indicadores de conforto e a taxa de privação material.

## A Mulher, a Pobreza e a Exclusão Social e o Meio Rural

*“Querida. Quanto tu eras mais poderosa quando parecias mais frágil. A força do efémero. Da graça leve. Do que se esgueira do combate mas lhe corta os mantimentos.”*

In “Em Nome da Terra”, Vergílio Ferreira

Quando se fala em agricultura e nos seus problemas, facilmente imaginamos uma mulher com rosto endurecido pelo tempo, uma enxada gasta e rebuscada e uma criança suja e queimada pelo sol.

A actualidade mostra que esta imagem não está tão longe do que era há 50 anos atrás.

O trabalho duro de quem quer manter as raízes e tirar rendimento do que a terra e a lavoura ainda dão, por falta de outra fonte de rendimento, arrasta mulheres, crianças e idosos para situações de pobreza e exclusão social.

A entrada de Portugal na Comunidade Europeia e a conseqüente abertura das fronteiras à livre circulação de pessoas, mercadorias e bens, a instituição da PAC (Política Agrícola Comum) precipitou a falência do modelo de agricultura familiar tendo esta deixado de ser, por si só, um meio de subsistência para muitas famílias portuguesas. Acresce ainda o facto de se ter intensificado a desertificação das aldeias do interior do País, resultado da emigração para outros países e/ou do êxodo para as grandes cidades.

Neste contexto, e uma vez que em muitos casos são os homens que saem das aldeias para trabalharem na construção civil ou nas pedreiras, evidencia-se a sobrecarga de trabalho das mulheres dado que é a elas que ficam entregues o trabalho dos campos e os animais, para além do trabalho doméstico, dos filhos e muitas vezes dos familiares mais idosos.

Este processo de “feminização” da agricultura iniciou-se na década de 80, onde a actividade agrícola assumia um cariz secundário, marginal e até desprestigiante.

Estas mulheres, por questões de ordem social e económica, viram na agricultura uma forma de reduzir despesas, ajudar a criar os filhos e os netos e de cuidar do património que herdaram de seus antecessores. Afastaram-se, assim, da escola e do ensino e colocaram de lado sonhos e ambições.

A falta de escolarização em muitos casos foi um factor acutilante no desenvolvimento da acti-

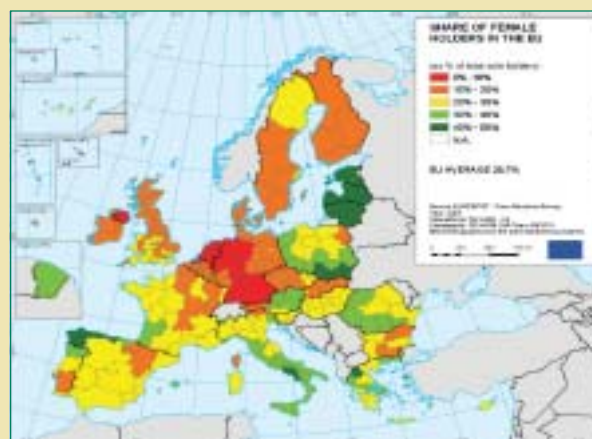
vidade agrícola e seus produtos enquanto negócio e fonte principal de rendimento.

Pela análise do mapa e da tabela podemos verificar que este processo de “feminização” da agricul-

### Em Portugal, cerca de 19% das explorações agrícolas registadas são de mulheres

Estado-Membro	(1)PR	(2)IR	(3)PU
Áustria	28,6%	29,3%	22,4%
Bélgica	19,9%	16,2%	13,1%
Bulgária	23,1%	18,1%	21,4%
Chipre		25,5%	
República Checa		18,3%	21,7%
Dinamarca	11,5%		19,7%
Alemanha	–	–	–
Estónia		41,5%	
Finlândia	10,6%	11,6%	
França	24,4%	22,6%	16,5%
Grécia	32,6%	29,6%	34,9%
Hungria	23,1%	22,5%	26,2%
Irlanda	10,8%	10,1%	
Itália	31,8%	29,7%	33,1%
Letónia			47,0%
Lituânia		46,4%	
Luxemburgo		21,2%	
Malta			11,7%
Países Baixos		4,8%	5,4%
Polónia	32,5%	29,7%	36,0%
Portugal	19,0%	23,2%	33,1%
Roménia	30,6%	29,3%	31,8%
Eslováquia		18,3%	25,5%
Eslovénia	28,8%	20,1%	
Espanha	26,6%	30,8%	24,3%
Suécia	17,2%	13,2%	23,4%
Reino Unido	18,1%	18,0%	20,3%

Dados disponibilizados por ADVISORY GROUP “WOMEN IN RURAL AREAS” Brussels 25/03/2010





tura em muitos dos Países é bastante informal ou não contabilizada. Num seminário promovido pelo Advisory Group “Women in rural areas” (Bruxelas, Março 2010), concluiu-se que quando consideramos a partilha da titularidade feminina em percentagem do total de explorações agrícolas unicamente nas regiões predominantemente rurais (PR), predominantemente urbanas (PU) ou intermedicamente rurais (IR) a situação é bastante heterogénea entre Estados-Membros, apresentando todos os tipos de regiões. O mapa fornece uma visão geral dos mesmos dados (titularidade feminina em percentagem do total de explorações agrícolas). A Estónia, a Letónia, a Lituânia e algumas regiões da Polónia, Espanha, Itália e Grécia têm as percentagens mais altas de titulares exclusivamente femininos (mais de 40%), enquanto as mais baixas (menos de 10%) são registadas na Holanda, na maioria das regiões ocidentais da Alemanha e na Irlanda do Norte. Portugal possui uma massa de mulheres agricultoras, empresárias agrícolas formais de 19% em áreas predominantemente rurais e cerca de 33,1% de mulheres que retiram rendimento da pluriactividade agrícola em áreas predominantemente urbanas. Estes indicadores reflectem ainda a pouca atractividade que o meio rural confere a quem quer investir.

Poder-se-á afirmar, de uma forma genérica, que quatro grandes causas explicam esta realidade social e económica do nosso País:

1. Em primeiro lugar Portugal possui, ainda, sinais de uma pobreza tradicional, muito associada ao mundo rural, e onde a privação de indicadores mínimos de conforto é clara;

2. Por outro lado, possuem alguma expressão, nas famílias de mais baixos recursos, os agregados que, apesar de inseridos no mercado de trabalho, desfrutam de rendimentos insuficientes em virtude dos seus membros activos possuírem muito baixos níveis de qualificação profissional;

3. Paralelamente, são visíveis fenómenos de exclusão social associados aos movimentos migratórios e à concentração urbana e suburbana, bem como os novos grupos de risco que crescem especialmente nesse meio urbano;

4. Finalmente, a pobreza em Portugal é claramente influenciada pelas insuficiências marcantes do modelo de protecção social que se desenvolveu no nosso País.

O isolamento destas mulheres é agravado pela ausência de infra-estruturas sociais e económicas em quase todas as aldeias do interior – saneamento básico, creches, escolas, transportes públicos, centros de saúde, apoios sociais e técnicos, etc., fundamentais para uma maior e melhor rentabilização do trabalho agrícola.

As mulheres desde sempre tiveram a seu cargo as funções ligadas à esfera doméstica, mas na actualidade muitas delas ambicionam rentabilizar as suas actividades agrícolas. Pesam para o insucesso na concretização deste objectivo, todas as tarefas sociais (filhos e entes idosos) e o fraco apoio social prestado pelo Estado. O pagamento à Segurança Social, enquanto empresária ou trabalhadora agrícola, exige um forte esforço financeiro por parte do agregado familiar, e a comercialização dos produtos não é fortemente apoiada pelas autoridades locais.

É importante trabalhar, reivindicar e incentivar a melhoria da qualidade de vida do meio rural, que está vivo e é feminino. Capacitar as mulheres ao nível do empreendedorismo feminino e apoiar politicamente quem quer desenvolver o meio rural.

Cabe ao Estado cumprir o compromisso assinado na Declaração do Milénio das Nações Unidas, erradicar a pobreza extrema e a fome e promover a igualdade de género e capacitar as mulheres. E cabe a todos nós, agricultores e agricultoras, técnicos e técnicas, contribuir para que esta máxima não caia no esquecimento.

A voz do mundo rural é como os cantares da lavoura, começam na sementeira e só terminam na colheita.



## ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS E RURAIS PORTUGUESAS

A MARP surge da necessidade sentida pela generalidade das mulheres – sejam elas agricultoras, técnicas ou com qualquer outra ligação ao Mundo Rural – de se organizarem para inter-

virem na defesa dos seus interesses e direitos; para melhor participarem na definição das estratégias e objectivos para o desenvolvimento integrado e para promoverem melhores condições de vida.

Resultantes do desenvolvimento da sua actividade, os objectivos principais da MARP são a defesa dos interesses e dos direitos predominantemente das mulheres agricultoras e rurais portuguesas e a promoção de actividades visando a transformação do sector numa área mais vasta de trabalho.

Desta forma, a MARP pretende dar o seu contributo para melhorar as condições de vida e de trabalho das mulheres agricultoras e das populações rurais através da sensibilização, informação e esclarecimento dos seus direitos enquanto cidadãs nacionais e europeias e relativamente a temas como a cidadania, empreendedorismo, redes de inter-ajuda com o objectivo de dinamizar e potenciar o bem-estar das populações, dos serviços e dos produtos a gerar, bem como reivindicar e estimular a organização do público-alvo.



É importante fazer entender que o sector rural é a base da economia e que, por isso, é premente a necessidade de o estimular e acarinhar de forma a permitir o seu adequado desenvolvimento e competitividade, cumprindo os requisitos a que está sujeito, mas também salvaguardando os interesses da população a eles relacionada directamente.

Foi na sequência de várias conversas, que a MARP, como entidade promotora de desenvolvimento rural, percebeu a realidade das comunidades locais (Vale do Tâmega) e identificou as áreas de intervenção, que serviram de base para a elaboração de projectos e das suas actividades. Além da formação profissional na área agrícola, Artesanato, Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares, Produção Animal e Agricultura Biológica, a MARP tem a decorrer três projectos, dois dos quais como entidade promotora e um como parceira.

### PROJECTO RUMO XXI

Este projecto assenta em dois eixos principais: o da Igualdade, com vista a promover a igualdade de género, e o da Oportunidade, com vista à igualdade de oportunidades, nomeadamente da participação das mulheres na vida activa partindo da valorização dos produtos agro-pecuários tradicionais.

É objectivo do primeiro eixo promover um maior conhecimento e divulgação das questões da Educação Sexual e de todas as temáticas a ela associadas e da Violência Doméstica. Com estas actividades pretende-se sensibilizar o público-alvo, promovendo um maior conhecimento sobre as temáticas em questão e conseqüentemente a alteração de mentalidades e comportamentos.

A maior riqueza da região é a sua população, que apesar da sua tendência de envelhecimento evidencia uma forte capacidade empresarial, res-





ponsável pelo desenvolvimento da industrialização do País, dando origem à capacidade exportadora e ao desenvolvimento económico.

Associado ao mundo rural encontram-se produtos bastante procurados, com uma clientela emergente, que procura produtos tradicionais de qualidade. Nesse sentido o saber-fazer assume aqui um marco muito importante. Para a valorização dos produtos agro-pecuários tradicionais os técnicos deste projecto definiram dois objectivos principais:

- inserir na vida activa as pessoas envolvidas e, deste modo, contribuir para o rendimento familiar, garantindo alguma independência a nível financeiro;

- proporcionar comportamentos familiares e comunitários que sejam coniventes com a não discriminação de géneros, bem como introduzir mecanismos que funcionem como alavanca para novas posturas, formas de estar,

maior auto-estima e realização pessoal/profissional.

Uma vez definidas e identificadas as acções desejáveis para valorizar as oportunidades e compensar as insuficiências, podem-se organizar por prioridades:

- agir sobre o potencial “inexplorado” do território em termos de recursos humanos (desempregados e empresários potenciais), “jazidas” de inovação (ideias e projectos de promotores locais), recursos físicos e patrimoniais, abandonados ou negligenciados (edifícios em ruínas) e recursos imateriais em vias de desaparecimento (saber-fazer, tradições, valores comuns e de identificação);

- fomentar parcerias com agentes locais;
- favorecer a concertação entre abordagens, funções e estruturas;
- estimular a reflexão e apoiar uma estruturação de desenvolvimento.

### PROJECTO “MULHER, CAMPO E TRABALHO”

A implementação deste projecto surge na necessidade de na região do Vale do Tâmega se querer concretizar os objectivos seguintes: formalizar o espaço compreendido por esta Região como área de trabalho para o lançamento de processos de desenvolvimento local; promover estratégias de apoio ao empreendedorismo das mulheres, favorecendo a criação do próprio emprego, a capacidade empresarial e a qualidade da sua participação na vida activa. O acesso ao ensino e ao mercado de trabalho permitiram o desenvolvimento de um novo papel socioeconómico da mulher, o crescente poder e autonomia da mulher na esfera pública contagia a esfera privada e exige um reajuste dos papéis do casal na família. Mas em grande parte das freguesias dos Concelhos do Vale do Tâmega existe ainda uma tendência tímida de adaptação do homem à nova realidade feminina.

Ao cumprir este objectivo, não só ajudaremos a que esta adaptação seja crescente e benéfica, como contribuiremos para que o factor económico deixe de ser um factor castrador na evo-



lução pessoal e profissional das mulheres e jovens desta região. Ao colaborar e favorecer a criação do próprio emprego pretendemos valorizar as actividades diárias, sejam elas relacionadas com a agricultura, pecuária, turismo, com a disseminação de saberes culturais ou gastronómicos, permitindo que estas pesem favoravelmente na economia familiar contribuindo para a mitigação dos problemas sociais e económicos relacionados com a falta de emprego, pobreza, exclusão social e de formação profissional.



## PROJECTO PROVE

No âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL e em conjunto com várias entidades parceiras que se associaram a um grupo de pequenos produtores dos territórios da Península de Setúbal, Vale do Sousa, Alentejo Central e Porto, a MARP presta apoio no sentido de promover e melhorar o escoamento das suas produções.

Com esta metodologia de promoção e incentivo à Agricultura de Proximidade, o consumidor terá a possibilidade de experimentar um conjunto de produtos variados, através da aquisição de cabazes de frutas e legumes seleccionados e de elevada qualidade, produzidos a escassos quilómetros de suas casas. Promove assim a relação de confiança entre consumidor e produtor e garante o escoamento semanal e a rentabilização da pequena agricultura familiar. O núcleo que a MARP acompanha engloba 5 pequenos produtores do Concelho de Paredes (2 homens e 3 mulheres) que semanalmente fornecem 25 cabazes de 9 kg de culturas hortofrutícolas na Cooperativa Agrícola de Paredes e 20 cabazes na cidade do Porto.





Este projecto permite rentabilizar os excedentes da actividade agrícola familiar e criar elos e relações de confiança com consumidores que reconhecem qualidade nutritiva e de sabor a estes produtos.

Para a MARRP, a finalidade de uma mulher é não apenas ter êxito, mas também preservar a sua condição de mulher e permitir que a mesma influencie a sociedade. E de entre as mulheres que durante a acção dinamizadora da MARRP fomos conhecendo, muitas querem alcançar êxito, contribuir para a melhoria da vida familiar, garantindo e mantendo a sua condição de mulher, que é ser mãe, zeladora, voluntária, amiga, assistente, trabalhadora rural mas também empresária agrícola.

Para a MARRP, é importante que as mulheres rurais combatam e usem o seu potencial de forma a deixarem de ser um grupo vulnerável a situações de pobreza e de exclusão social.



*Por um mundo rural vivo,  
rejuvenescido, atractivo,  
rico e justo, protegido  
e nascido do regaço  
de tantas mulheres!*



## Bibliografia

<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:298:0020:0029:pt:PDF>

<http://www.2010againstopoverty.eu/about/?langid=pt>

<http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=23800>

[http://cartasocial.pt/seminarios/audicaopublica\\_17out/relato.pdf](http://cartasocial.pt/seminarios/audicaopublica_17out/relato.pdf)

[http://www.fngis.org/index.php?jump=nocoos\\_conceitos](http://www.fngis.org/index.php?jump=nocoos_conceitos)

[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-EP-09-001/EN/KS-EP-09-001-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-09-001/EN/KS-EP-09-001-EN.PDF)

[www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Cadernos Reapn, *Nas margens do Tâmega*, caderno 13, 2008

Reapn, *Indicadores sobre a pobreza, Portugal e União Europeia*, 2007

Destaque, *Rendimento e Condições de vida*, 15 de Dezembro de 2008, INE

Reapn, *Indicadores sobre a pobreza, Portugal e União Europeia*, 2009

Ferreira, Vergílio, *Em nome da terra*, 1990, Lisboa, Bertrand

Resolução da Assembleia da República n.º 31/2008 de 23 de Julho de 2008

Pretextos, *Factores de vulnerabilidade social no grupo das mulheres*, Número 28, Dezembro 2007, Instituto de Solidariedade Social, IP

Ribeiro, Maria, *Caracterização e evolução da pobreza em Portugal*, 2007

Pretextos, *2010 Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social*, Número 36, Dezembro 2009, Instituto de Solidariedade Social, IP

Rodrigues, Eduardo e tal. *A Pobreza e exclusão social; teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*.

Suskind, Patrick, *Perfume*, 1985, Editorial Presença

## Fotos

*Mónica Silva, Maria Mota e Arquivo Fotográfico da CNA*

Com o apoio

Este convite deve ser apresentado na recepção para validação. Não pode ser fotocopiado.

**CONVITE** Vale 1 entrada



47<sup>a</sup>

FEIRA NACIONAL DE

# AGRICULTURA

57<sup>a</sup>

Feira do Ribatejo

WWW.CNEMA.PT

5 a 13  
JUNHO 2010  
SANTARÉM

CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES



CNEMA  
Santarém

Prazer  
de  
Provar

5 a 13 Junho



### Agricultores e Rendeiros da Herdade da Comporta participaram em Marcha de Protesto

No dia 28 de Março, vários Agricultores e Rendeiros desfilaram entre o Carvalhal e a Herdade da Comporta (propriedade do Grupo Espírito Santo), numa marcha de protesto que juntou mais de 70 tractores e outros veículos.

A marcha, promovida pela Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal (AADS), partiu do Carvalhal ao início da tarde, com destino à Herdade da Comporta – onde decorria uma prova de hipismo – tendo recebido o apoio das populações às suas mais que justas reivindicações.

Entre outras medidas, esta iniciativa reclamou a renovação dos contratos na opção de arrendamento rural, a suspensão da actual Lei do Arrendamento Rural e uma nova lei que garanta a estabilidade, no respeito pelos interesses nacionais, como determina a Constituição da República Portuguesa.



Reivindicou-se também a alteração ao regulamento para ordenamento das Lagoas e sistema dunar proposto pela Herdade da Comporta e aprovado pela maioria da Câmara Municipal de Grândola, que impõe restrições à actividade agrícola.

Os Agricultores e Rendeiros que participaram nesta marcha de protesto quiseram deixar bem claro que dizem “Não” aos regulamentos impostos que não respeitem os seus direitos e que coloquem em causa a própria actividade agrícola. Mais do que nunca, a união dos Rendeiros da Herdade da Comporta é necessária e imprescindível na defesa da sua sobrevivência e das suas famílias.

### Portugal não precisa de produções transgénicas



A Comissão Europeia (CE) autorizou, recentemente, a produção de batata geneticamente modificada (para a indústria) e a utilização de novas variedades de milho igualmente transgénico.

Bruxelas cede, deste modo, aos grandes interesses dos laboratórios multinacionais da manipulação genética, que depois registam patentes sobre a vida, no caso com implicações na alimentação humana e animal (e na natureza, caso haja problemas).

O princípio da precaução foi subvalorizado e não estão a ser tidas em conta as posições dos movimentos democráticos organizados e dos cidadãos que se opõem à progressiva liberalização dos transgénicos pelo poder político.

Tendo em conta que uma das ideias da CE é desresponsabilizar-se em parte e remeter para os Estados-membro a opção final de utilizarem ou não

os transgénicos na produção e na alimentação, a CNA reclama ao Governo Português que não autorize novos cultivos ou utilizações de transgénicos em território nacional. Portugal não tem qualquer interesse estratégico em tais produções e há o direito a invocar as salvaguardas nacionais.

### Site da CNA disponibiliza novo espaço para anúncios

O site da CNA passou a disponibilizar um novo espaço de classificados, destinado à divulgação gratuita de pequenos anúncios relacionados com a actividade agrícola.

A CNA informa que não se publicarão anúncios de empresas, com publicidade a produtos ou serviços, reservando-se o direito de excluir aqueles que não se enquadrem nas características do espaço.

Se tem produtos para vender, se quer comprar um tractor, ou se está à procura de um terreno para arrendar, por exemplo, este novo espaço é para si. Visite o site da CNA e preencha o formulário disponível em <http://www.cna.pt/classificados.html>, ou então contacte-nos para nos fornecer os seus dados.

## Jornada Regionalizada de Informação e Reclamação decorre até ao final de Maio

A CNA, em conjunto com as suas Associadas, está a promover uma Jornada Regionalizada de Informação e Reclamação, que decorre até ao final do mês de Maio.

Esta iniciativa visa ir ao encontro dos Agricultores e da Opinião Pública em geral, através da distribuição de um documento de divulgação das moções e da “Resolução” aprovadas no VI Congresso da CNA, que se realizou a 21 de Março, em Espinho.

A Jornada Regionalizada de Informação e Reclamação culmina com uma deslocação de Dirigentes da CNA e das suas Associadas Regionais ao Ministério da Agricultura para voltar a chamar a atenção do Ministro para a necessidade de aplicar as “10 Medidas de Emergência contra a Crise da Agricultura e do Mundo Rural”, que já lhe tinham sido apresentadas em Novembro de 2009 e que saíram reforçadas do VI Congresso da CNA.

E, caso a situação não melhore para a Agricultura Familiar, se os Governos não tiverem em conta as nossas propostas e reclamações, a CNA e Filiadas, *sempre com os Agricultores*, vão voltar à rua em acções de protesto e reclamação!



### APOR e AADS reuniram com o Ministro da Agricultura

A Associação Portuguesa de Orizicultores (APOR) reuniu no passado dia 6 de Abril com o Ministro da Agricultura, António Serrano.

Nesta reunião, reclamaram-se medidas em defesa da produção nacional de arroz, nomeadamente através do combate ao dumping praticado pelas grandes cadeias de distribuição, e preços justos na produção e no consumidor. Neste sentido, e tendo em conta os custos dos factores de produção, o mínimo pelo preço de arroz à produção terá de ser de 0,30 euros.

Em discussão estiveram também os apoios para a finalização das obras Hidro-Agrícolas no Baixo Mondego.

A Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal (AADS), que esteve nesta reunião pedida pela APOR, aproveitou para reclamar a suspensão e revogação da actual Lei do Arrendamento Rural. Relativamente aos arrendamentos da Herdade da Comporta, o Ministro da Agricultura fez saber que concorda com as reclamações dos Agricultores/Rendeiros e que irá intervir nesse sentido.

## Ministério da Agricultura discrimina Região Demarcada do Douro

Em Dezembro de 2009 e parte de Janeiro deste ano, vários concelhos da Região Demarcada do Douro foram fortemente afectados pelas intempéries, chuvadas e ventania. Em consequência, caíram muros de suporte, houve alargamento de patamares, caminhos rurais destruídos e forte quebra na produção de Azeitona. Prejuízos demasiado avultados!



Em tempo útil, a AVIDOURO informou o Governo e outros Órgãos de Soberania acerca do sucedido, reclamando medidas e ajudas para fazer face aos prejuízos, à semelhança dos apoios concedidos pelo Governo a outras regiões do país, também elas afectadas pelo mau tempo.

No entanto, até ao momento (30 de Março), nada foi feito em relação à Região Demarcada do Douro, o que se prefigura uma discriminação, agravada, desta região que já tem muitos outros problemas para resolver e que tanto afectam os vitivinicultores.

A AVIDOURO reitera a necessidade, e a obrigação, do Ministério da Agricultura e do Governo intervirem rapidamente com o objectivo de ajudar os vitivinicultores afectados pelas intempéries a ultrapassar mais um grave problema com os prejuízos que sofreram.

### Sociedade Civil lança “Declaração Alimentar Europeia”

Preocupadas com o futuro da Alimentação e da Agricultura na Europa, várias organizações europeias, nacionais e locais, da sociedade civil lançaram uma “Declaração Alimentar Europeia”, para mobilizar cidadãos e autoridades em defesa de uma nova Política Agrícola Comum (PAC).

Esta declaração, subscrita por cerca de 200 organizações de 24 países europeus, visa transmitir uma forte mensagem aos responsáveis políticos da União Europeia, e aos políticos dos nossos próprios países, sobre quais deveriam ser os objectivos de uma nova Política Agrícola e Alimentar Comum, numa altura em que está a ser discutido o futuro da PAC para o pós 2013.

A CNA está entre as primeiras organizações subscritoras da “Declaração Alimentar Europeia”. Agora, todos os cidadãos são chamados a assinar este documento.

Para ler o conteúdo da “Declaração Alimentar Europeia” e para subscrevê-la, visite o *site* <http://www.europeanfooddeclaration.org/declaration/pt>.

---

### CNA reúne com Ministra do Ambiente

A CNA reuniu, a seu pedido, no passado dia 21 de Abril, com a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Esta reunião teve como objectivo manifestar um conjunto de preocupações, sensibilizar e aproveitar para questionar acerca das intenções e estratégias do Ministério do Ambiente para algumas áreas.

Das matérias abordadas na reunião, destaque para os Planos de Ordenamento das áreas protegidas, nomeadamente daqueles que estão em fase de finalização, e que, na opinião da CNA, independentemente de terem sido cumpridos os prazos estipulados por lei para a discussão pública, não reflectem a opinião das populações, uma vez que houve pouca promoção, por parte das entidades públicas, dos diferentes mecanismos de auscultação.

Outro dos temas abordados foi a questão do licenciamento agro-pecuário, onde a CNA manifestou a sua preocupação pela falta de articulação de dois processos que se deviam

### CNA reúne com organização da Guiné-Bissau

No passado dia 23 de Março a CNA reuniu, na sua Sede em Coimbra, com a Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau (ANAG), na pessoa do seu Presidente, Mama Samba Embalo, para analisar possíveis acordos de cooperação.

Na reunião, solicitada pela ANAG, foram abordadas possíveis parcerias na área da formação associativa, intercâmbio de experiências e na apresentação de candidaturas conjuntas a programas na área da segurança alimentar.

A ANAG é uma organização de âmbito nacional da Guiné-Bissau que possui 69 Associações filiadas e 36 Cooperativas e que neste momento tem em curso um processo de adesão à Via Campesina, Organização à qual a CNA está ligada pela Coordenadora Europeia.



---

complementar, mas que seguem calendários completamente desfasados, o ENEAPAI – Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais e o REAP – Regime de Exercício da Actividade Pecuária.

Ainda nesta reunião, foi abordada a questão do registo dos poços e furos artesanais, a questão do Cadastro Florestal e revisão da Lei de Bases do Ambiente.

Salienta-se a partilha de opiniões e a abertura manifestada pela Ministra do Ambiente para resolução de alguns dos problemas apontados pela CNA.

Nesta reunião estiveram presentes, em representação da Confederação, Joaquim Caçoete, António Ferraria e José Miguel Pacheco.

## Vinho e Marcas “Chapéu”

*Por João Vieira*

A última reforma da OCM, Organização Comum de Mercado do Vinho, não corrigiu o que estava mal, no sentido de trazer, de novo, os rendimentos necessários à vitivinicultura familiar e revitalizar as zonas rurais. Foi sim um fato talhado à medida dos interesses das multinacionais e do agro-negócio vitícola.

Neste contexto, o “mercado” é regido, à rédea solta, pelos interesses, quase sempre muito contestáveis, de negociantes predadores e grandes empresas do “negócio agrícola” (ou alimentar).

Essa reforma da OCM do Vinho, mais uma assinada pelo Governo Português, foi entusiasticamente aplaudida pelo G7 do vinho em Portugal (grupo das sete maiores empresas da comercialização de Vinho). Para quem tivesse dúvidas, fica-se a saber quem são os grandes beneficiários da situação...

Acresce que as decisões sobre o futuro do vinho em Portugal, no fundamental, são tomadas por esse grupo restrito com a bênção dos governos. O acesso ao debate prévio, em Sede do IVV, foi sempre vedado à CNA para, aí, representar a viticultura familiar.

Nesta reforma da OCM do Vinho, a histórica ligação do vinho ao território deixou de ter significado. Cederam ao modelo dos países do Hemisfério Sul e EUA. Até pode chamar-se vinho a uma “coisa” feita sem uvas. É uma reforma adaptada pela União Europeia aos objetivos da Organização Mundial do Comércio (OMC). Na minha opinião, as marcas “chapéu” vêm na sequência de tudo isto. Algumas quintas e herdades, banqueiros e outros recém-chegados ao “mêtier” do vinho, já vão protegendo o seu nome debaixo do “chapéu” – Vinhos de Portugal. No limite, como Portugueses até poderíamos estar orgulhosos. O problema é que a viticultura familiar não se abriga debaixo dele. Nem uma sombrinha sequer a protege...

Esta nova imagem de marca mundializada, da qual os “intelectocratas” esperam o sucesso, desligada da autenticidade territorial, não vai rejuvenescer e revitalizar as nossas aldeias e regiões. Isso só pode ser conseguido pelos milhares de viticultores familiares e se estes tiverem um “chapéu” para os proteger do libe-

ralismo reinante e dos malefícios do mercado dito “livre”.

O novo Ministro da Agricultura, em declarações à imprensa, manifestou a sua simpatia pelo modelo agro-exportador chileno, que também pode ser californiano ou australiano, tanto faz. De qualquer forma, é o modelo empresarial onde a viticultura familiar não tem lugar, onde a diversidade varietal desaparece, onde se descharacterizam os vinhos que passam a ser iguais em qualquer parte do Mundo, reduzidos a um Cabernet-Sauvignon (passe-partout) segundo as normas enológicas do “livre comércio”.

Da parte do poder político, é uma resposta ao modelo agro-exportador. Mas também é uma resposta aos insistentes pedidos da grande Distribuição Alimentar para que seja reduzida, ao mínimo, a diversidade dos vinhos, porque, alegam, os consumidores não se entendem com tantas marcas!... Sabemos que os desejos da grande distribuição são ordens para os governantes do “sistema”. Por isso, também podemos já imaginar que este “chapéu”, afinal, não será a última moda, tantas e tão grandes são as ambições do Agro-Negócio e da grande Distribuição...



## Continua a reinar a teoria-fraude da “competitividade” e dos “competitivos”

Por João Dinis



Teoria-fraude que, aliás, nos é imposta desde a adesão de Portugal à então CEE.

Vejamos:

Os alegados “competitivos”, para “competir”, têm sido cumulados de dinheiros públicos e outros privilégios oficiais de todos os tipos e praticamente sem limites.

Feitas todas as contas, os grandes proprietários absentistas mais as grandes empresas do “agro-negócio” – os ditos “competitivos” – são menos de 5% do total de beneficiários das Ajudas Públicas mas receberam mais de 95% do total dos dinheiros públicos “supostamente” destinados à Agricultura Nacional. Isto também significa que 95% dos Agricultores Portugueses – os ditos não-competitivos – receberam apenas 5% dessas mesmas Ajudas...

Quer dizer, os alegados “competitivos” são-no por que se têm empanturrado com todo o tipo de apoios públicos a começar pelos financeiros. Depois, afirmando-se como “competitivos”, exigem ainda mais dinheiro público, e ainda mais privilégios, para poderem continuar a “competir”... Mas, então, se “eles” são assim tão “competitivos”, tão “campeões”, então por que não vão “competir” para os mercados sem primeiro embolsarem tanto dinheiro público em subsídios de todos os tipos? Dinheiro público esse, que por maioria de razões, deveria antes ser atribuído à esmagadora maioria dos Agricultores Portugueses, os ditos “não-competitivos” mas que, afinal, continuam na “competição” – continuam a produzir – embora sem receberem nada de significativo em termos de apoios públicos e ajudas da PAC. Por isso, afirmamos que a teoria da “competitividade” e dos “competitivos” é uma fraude em termos económicos e sociais.

E apenas como exemplos...

O actual Ministro da Agricultura já aprovou e fez entregar à agro-indústria alguns dos maiores e mais caros projectos do ProDeR, Programa de Desenvolvimento Rural, mas ainda não entregou as centenas (ou milhares) de projectos ProDeR apresentados, há meses e meses, pela Agricultura Familiar.

Agorinha mesmo, o sector da grande agro-indústria da cortiça – hegemónico por um grande grupo económico-financeiro – viu aprovado mais um grande projecto para “promoção” da rolha de cortiça no estrangeiro, um projecto de vários milhões de euros participado a 80% com recursos públicos. Um verdadeiro maná!

Ora, assim, com tanto dinheiro público a apoiar, até o meu trisavô, que foi um camponês pobre, teria sítio imensamente “competitivo”!...

### É necessário mudar as políticas agro-rurais

Entre outras medidas, é pois necessário alterar este tipo de critérios e opções em matéria das políticas agro-rurais, e tal como a CNA propõe e reclama. De outra forma, vai continuar a agravar-se a já insuportável situação geral da Agricultura Portuguesa e do Mundo Rural.

*Apenas como mais uma nota: – o grande grupo económico e financeiro agora contemplado com o projecto de promoção da rolha de cortiça, é o mesmo grupo que viu aprovados os primeiros grandes projectos “nacionais” apresentados a Bruxelas por alturas da adesão de Portugal à então CEE e da nossa Agricultura à PAC...*

# Até sempre, Roberto Mileu!



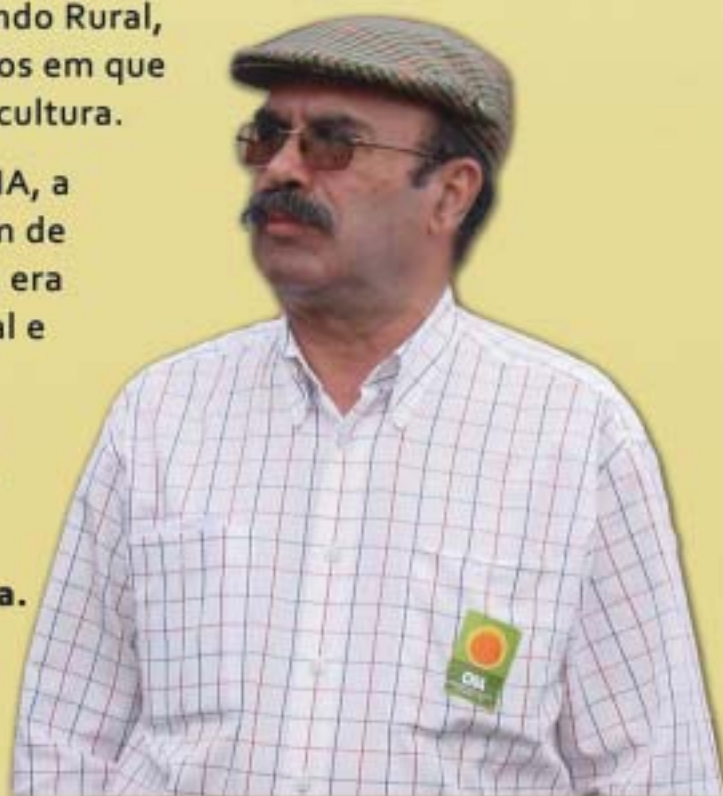
Roberto Mileu foi sempre um abnegado defensor dos Agricultores, da Agricultura Familiar e do Mundo Rural, enquanto Dirigente da CNA e também nos anos em que trabalhou como técnico do Ministério da Agricultura.

Em 2003, assinalando o 25º Aniversário da CNA, a Presidência da República atribuiu-lhe a Ordem de Mérito Agrícola. Entre muitas outras funções, era membro do CES, Conselho Económico e Social e de alguns Grupos Permanentes junto da Comissão Europeia em representação da CNA e da Coordenadora Europeia – Via Campesina.

**Roberto Mileu foi um amigo e um lutador firme e esclarecido ao serviço da nossa causa.**

**O seu exemplo constitui um valioso legado que vai continuar bem vivo entre nós.**

Roberto Mileu faleceu a 23 de Dezembro de 2009



# 6.º CONGRESSO DA CNA e da Agricultura Portuguesa



*Uma grande iniciativa da CNA, Filiadas, da Agricultura e dos Agricultores!*

*Um marco no âmbito do Movimento Associativo do nosso País!*

*Uma boa lavra de esperança para a Lavoura e a Produção Nacional!*



**QUEREMOS PRODUZIR!**  
**Mudar de Políticas Agro-Rurais!**  
**Promover a Agricultura Familiar!**

***É este o nosso lema!***  
***É uma mensagem com futuro!***



**CNA - Confederação Nacional da Agricultura**

Morada Rua do Brasil, n.º 155 - 3030-175 Coimbra | Tel. 239 708 960 | Fax 239 715 370 | [Url www.cna.pt](http://www.cna.pt) | E-mail [cna@cna.pt](mailto:cna@cna.pt)